



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade
Divisão de Gestão de Convênios

Anexo nº Plano de trabalho nº 000953/2020/SEINFRA/DGC/2020

PROCESSO Nº 1300.01.0002039/2020-71

PLANO DE TRABALHO – CONVÊNIOS

NÚMERO DE REGISTRO NO SIGCON-SAÍDA: 000953/2020

DATA DO REGISTRO: 21/05/2020

TÍTULO

Construção de Praça Pública no município de Patrocínio/MG

I – IDENTIFICAÇÃO DO CONCEDENTE

Razão social: SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

CNPJ: 18.715.581/0001-03

Endereço: Rodovia Papa João Paulo II, 4143

Bairro: Serra Verde

Cidade: Belo Horizonte

UF: MG

CEP: 31.630-900

Telefone/FAX: (31) 3915-6280

E-mail do Setor de Convênios/Parceria: sec.gabinete@infraestrutura.mg.gov.br

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome completo: Fernando Scharlack Marcato

CPF: 265.227.628-03

CI/Órgao Exp.: 28.465.487-5 SSPSP/

Cargo: Secretário

Endereço residencial: Av. Xangrila, 75, casa 125 º Braúnas

Bairro: Braunas

Cidade: Belo Horizonte

UF: MG

CEP: 31.365-570

Telefone pessoal: (31) 3915-8260

E-mail Pessoal: sec.gabinete@infraestrutura.mg.gov.br

II – IDENTIFICAÇÃO DO CONVENENTE

DADOS DO CONVENENTE

Razão social: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

CNPJ: 18.468.033/0001-26

Endereço: AVENIDA PRAÇA OLÍMPIO GARCIA BRANDÃO, 1452

Bairro: CENTRO

Cidade: PATROCINIO

UF: MG

CEP: 38.740-072

Telefone/FAX (34) 3839-1800

E-mail institucional: CONVENIOS@PATROCINIO.MG.GOV.BR

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome completo: Deiró Moreira Marra

CPF: 491.320.596-04

CI/Órgao Exp.: M3091814/SSPMG

Cargo: Prefeito

Data de Vencimento do Mandato: 31/12/2020

Endereço residencial: RUA RUA CESÁRIO ALVIM, 1611

Bairro: Centro

Cidade: PATROCINIO

UF: MG

CEP: 38.740-000

Telefone pessoal: (34) 99824-4898

E-mail pessoal: CONTABILIDADE@PATROCINIO.MG.GOV.BR

IV – CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

1 – Repasse de Natureza NÃO

1.1 – Natureza Especial: -

1.2 – Fundamentação legal para a natureza especial do repasse: -

2 – Origem dos recursos: Concedente/Órgão ou Entidade Estadual Parceiro – Emenda Parlamentar – Contrapartida

2.1 – Parlamentar(es): GUSTAVO SANTANA

2.2 – Contrapartida:

Tipo Contrapartida	Valor
Valor financeiro	R\$ 3.807,74

2.3 – Emenda Parlamentar:

Responsável	Inciso – Emenda/Ano	Indicação Nº	Valor	Impositividade
GUSTAVO SANTANA	S226 – 403/2020	46406	R\$ 240.000,00	Sim

2.4 – Dotação Orçamentária da Contrapartida Financeira:

02.01.09.01.15.451.0010.1.067.4.4.90.51.00.00

3 – TIPO DE ATENDIMENTO			4 – VALOR			
Gênero	Categoria	Especificação	Concedente	Emenda	Interveniente	Contrapartida
REFORMA OU OBRA	Construção	Praça Pública	R\$ 0,00	R\$ 240.000,00	R\$ 0,00	R\$ 3.807,74

5 – Descrição e especificação completa do objeto a ser executado:

Construção de praça pública em conformidade com projetos e planilha orçamentária.

5.1 – Endereço da obra ou local do evento, de prestação do serviço, ou de entrega, ou instalação do bem (dependendo do objeto):

Rua/Avenida/ Rodovia/Beco/Travessa:	Número/KM: Bairro/Distrito:	CEP	Município:	Referência:
Rua Rosalvino de Oliveira	00 Bairro Boa Esperança	38.740-000	PATROCINIO	Bairro Boa Esperança

6 – Justificativa FUNDAMENTADA, objetivos e finalidade do convênio de saída/parceria:

A construção da praça é de fundamental importância, sendo este um pedido antigo dos moradores das imediações, que reivindicam essa construção, onde as pessoas possam dispor de espaço seguro, que possa levar seus filhos para entretenimento, bem como adultos e idosos para o convívio em comunidade. Sabemos que uma praça é o espaço mais democrático e acessível que se tem, pois promove o encontro entre pessoas em geral, entre famílias e, sobretudo entre crianças, além de ser um fator de desenvolvimento que muito valoriza o local. Por outro lado o lazer é fundamental na vida de qualquer cidadão, sendo um dos direitos assegurados.

7 – Pessoas beneficiadas diretamente

7.1 – Descrição: População

7.2 – Quantidade: 90000

8 – Proposta de vigência (dias corridos):

840

9 – Conta específica

9.1 – Banco:	9.2 – Agência bancária:	9.3 – Conta bancária:	9.4 – Praça bancária:
BANCO DO BRASIL	0274-7	64428-5	PATROCINIO

10 – Equipe de contato do Conveniente:

FUNÇÃO: RESPONSÁVEL PELO MONITORAMENTO

10.1 – NOME	10.2 – REGISTRO PROFISSIONAL	10.3 – TELEFONE	10.4 – E-MAIL
Cinthia Eloy dos Santos	CREA-MG 212.097/D	(34) 99264-8691	convenios@patrocinio.mg.gov.br

FUNÇÃO: RESPONSÁVEL PELA PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1 – NOME	10.2 – REGISTRO PROFISSIONAL	10.3 – TELEFONE	10.4 – E-MAIL
Leticia Melo Nunes	Agente administrativo	(34) 3839-1800	convenios@patrocinio.mg.gov.br

FUNÇÃO: RESPONSÁVEL PELA DOCUMENTAÇÃO DE CELEBRAÇÃO DOS TERMOS ADITIVOS

10.1 – NOME	10.2 – REGISTRO PROFISSIONAL	10.3 – TELEFONE	10.4 – E-MAIL
Pedro Jacinto Netto	Supervisor de Setor	(34) 3839-1800	convenios@patrocinio.mg.gov.br

V – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

1 – ESPECIFICAÇÃO DA META: Construção da Praça Pública – Bairro Boa Esperança

1.1 REFORMA OU OBRA – Construção – Praça Pública

ETAPA(S)	Duração (Dias Corridos)
1.1.1 – Serviços Iniciais	30
1.1.2 – Mobilização e Desmobilização da Obra	60
1.1.3 – Administração Local	120
1.1.4 – Pavimentação	60
1.1.5 – Espaço Criança	60
1.1.6 – Pintura	60
1.1.7 – Instalações Elétricas	120
1.1.8 – Diversos	60
1.1.9 – Serviços Finais	30

VI – PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

1 – DEMONSTRATIVO DE RECURSO

ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO DESPESA	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL	ETAPAS VINCULADAS
1	Serviços Iniciais	Serviço	un	1	R\$ 10.984,93	R\$ 10.984,93	1.1.1
2	Mobilização e Desmobilização	Serviço	un	1	R\$ 1.212,92	R\$ 1.212,92	1.1.2
3	Administração Local	Serviço	un	1	R\$ 19.138,24	R\$ 19.138,24	1.1.3
4	Pavimentação	Serviço	un	1	R\$ 81.636,87	R\$ 81.636,87	1.1.4
5	Espaço Criança	Serviço	un	1	R\$ 7.578,54	R\$ 7.578,54	1.1.5
6	Pintura	Serviço	un	1	R\$ 2.568,18	R\$ 2.568,18	1.1.6
7	Instalações Elétricas	Serviço	un	1	R\$ 41.169,60	R\$ 41.169,60	1.1.7
8	Diversos	Serviço	un	1	R\$ 71.233,52	R\$ 71.233,52	1.1.8
9	Serviços Finais	Serviço	un	1	R\$ 8.284,94	R\$ 8.284,94	1.1.9
TOTAL:						R\$ 243.807,74	

2 – VALOR TOTAL DA PROPOSTA/CONTRAPARTIDA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	%CONVÊNIO	% LDO
Concedente	R\$ 0,00	0,00	–
Parlamentar	R\$ 240.000,00	98,44	–
Interveniente	R\$ 0,00	0,00	–
Contrapartida	R\$ 3.807,74	1,56	1,59
Outras fontes	R\$ 0,00	–	–
TOTAL	R\$ 243.807,74	100.0%	1.59%

VII – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DOS RECURSOS

CONCEDENTE: SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Ano	Mês	Valor
2020	Agosto	R\$ 240.000,00

CONVENIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

Ano	TIPO DE CONTRAPARTIDA	Mês	Valor
2020	Financeiro	Agosto	R\$ 3.807,74

VIII – RESERVADO AO CONCEDENTE

1 – Dotações Orçamentárias:

Dotação Orçamentária	SIAFI do Convênio de Entrada	Valor
1301 15 451 071 4154 0001 4 4 40 42 01 1 10 8		R\$ 240.000,00
2 – Natureza Continuada:	Não	

IX – DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do Conveniente/OSC Parceira, declaro, para fins de prova junto ao Concedente/Órgão ou Entidade Estadual Parceiro, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Estado de Minas Gerais que impeça a transferência de recursos de doações consignadas no orçamento estadual.

_____/____/_____
Local Data Assinatura do Representante Legal do Conveniente

Nome Legível do Responsável Legal do Conveniente
e
Nº do Documento de Identificação ou Carimbo

X – ANÁLISE TÉCNICA

1– Status do Parecer: Favorável

2– Responsável: JOSE ADRIANO MACHADO

3– Setor Análise: Setor de Convênios

4– Data 12/06/2020

5– Parecer Técnico

Parecer Técnico ? Setor de convênios (SEINFRA) Celebração de Convênio Órgão solicitante: Prefeitura Municipal de Patrocínio Valor repasse: R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) OBJETO: Construção de praça pública A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra recebeu indicação do parlamentar Gustavo Santana para formalização e celebração de Convênio de interesse público recíproco com o Município de Patrocínio, envolvendo recurso de emenda parlamentar. Em conformidade com o disposto no artigo 37 da Lei nº 23.304/2019, a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade de Minas Gerais tem como competência planejar, dirigir, executar, controlar, avaliar e regular as ações setoriais a cargo do Estado relativas à infraestrutura de transporte rodoviário, ferroviário, aeroviário e hidroviário; aos terminais de transportes de passageiros e cargas; à estrutura operacional de transportes; às concessões e outras parcerias público-privadas; ao apoio aos demais órgãos e entidades da administração estadual no planejamento, no acompanhamento, na execução, no controle e na avaliação de contratos de concessões e outras parcerias; ao planejamento e ao acompanhamento da execução das obras públicas estaduais; ao apoio e ao fomento ao desenvolvimento da infraestrutura municipal. O objeto proposto no ajuste está em conformidade com essas competências, havendo, portanto, interesse público recíproco em sua execução, contribuindo para o desenvolvimento da infraestrutura municipal. O referido expediente se trata de emenda parlamentar impositiva, de execução orçamentária e financeira obrigatória, disciplinada pelo art. 160 da Constituição do Estado (CE/89) e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste exercício. Assim, fica dispensada a demonstração de regularidade do conveniente no CAGEC e no CADIN, em conformidade ao artigo 160, § 14, da CE/89. Art. 160, § 14 ? Transferência obrigatória do Estado destinada a município, para a execução da programação prevista no § 6º deste artigo, independerá da adimplência do ente federativo destinatário e não integrará a base de cálculo da receita corrente líquida para fins de aplicação dos limites de despesa de pessoal, de que trata o caput do art. 169 da Constituição da República. Cabe à Diretoria de Atendimento aos Municípios, nos termos do Decreto nº 47.767/2019, acompanhar o cumprimento das obrigações decorrentes dos ajustes celebrados para transferência de recursos financeiros destinados ao desenvolvimento da infraestrutura municipal. Atestamos constar dos autos os documentos obrigatórios e complementares pertinentes exigidos pelo Decreto nº 46.319/2013 e Resolução Conjunta SEGOV/AGE Nº 004/ 2015, conforme checklist preenchido por esta Diretoria. No tocante à inexistência de outro convênio com objeto idêntico celebrado com o mesmo proponente, em atenção à vedação contida no art. 18 do Decreto nº 46.319/2013 c/c o art. 16 da Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 004/2015, esta aferição está condicionada à implementação de novas funcionalidades que a viabilizem no SIGCON-MG ? Módulo Saída. Até a presente data, tais funcionalidades não tinham sido implementadas. Ademais, em pesquisa realizada no SIGCON-MG ? Módulo Saída não foi localizado outro convênio celebrado, por esta Seinfra, com o mesmo conveniente e com o mesmo tipo de atendimento, objeto e local de execução. No que se refere à minuta do termo do convênio, tem-se que o instrumento apresentado foi redigido tomando por base a minuta padrão gerada automaticamente pelo SIGCON-MG ? Módulo Saída e elaborada conforme a Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 004/ 2015, e analisada pela Nota Jurídica AGE/NAJ nº 1.828/2019, tendo sido realizadas as adequações da minuta ao caso concreto, em conformidade com as Notas Explicativas do modelo padrão. O valor da contrapartida municipal observou os percentuais e condições da LDO. O conveniente apresentou juntamente com a proposta de plano de trabalho a declaração de dotação orçamentária específica do valor a ser depositado. Foram apresentadas, pelo conveniente, Página(s) do Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) em que constam a dotação orçamentária completa, o saldo e o ano vigente, assinada(s) pelo prefeito. Foram conferidos a natureza, o item da despesa e a origem do recurso. O documento de regularidade do imóvel apresentado pelo conveniente nos termos do art. 10, § 3º inciso I correspondentes ao caso concreto da Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 004/2015. Destaca-se que a conformidade do documento de regularidade do imóvel com o local onde efetivamente será realizada a obra é de responsabilidade do conveniente, em atenção ao item 68, ?t?, do Parecer Referencial AGE nº 16.200/2020. Atestamos, nos limites das competências da Diretoria de Atendimento aos Municípios, que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial AGE nº 16.200/2020, conforme artigo 12 da Resolução AGE nº 26/2017. Não obstante, não vislumbramos eventual óbice à análise jurídica individualizada. Assim, esta Diretoria de Atendimento aos Municípios, no âmbito de suas competências, entende não haver impedimentos à celebração do convênio ora proposto, no que concerne à regularidade documental, tendo sido a escolha do conveniente, do objeto e da finalidade realizada pelo autor da emenda. Não compete a esta Diretoria opinar sobre a análise de viabilidade técnica emitida pela Superintendência de Obras Públicas. bem como se pronunciar acerca da viabilidade jurídico-legal da celebração e dos ditames de

serão realizadas, bem como se promoverá acesso às informações geradas pelo sistema e aos estudos de oportunidade e conveniência do Administrador Público na prática do ato administrativo.

-----	Carimbo de identificação	___/___/___
Responsável pela Análise Técnica		Data
-----	Carimbo de identificação	___/___/___
Responsável pela Aprovação da Análise Técnica		Data

X – ANÁLISE TÉCNICA

1– Status do Parecer: Favorável

2– Responsável: DENISE PONTES MARQUES

3– Setor Análise: Setor de Engenharia

4– Data 13/08/2020

5– Parecer Técnico

O convênio a ser firmado entre a Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade – SEINFRA e a Prefeitura Municipal de Patrocínio tem como objeto a Construção de Praça Pública em área localizada à Rua Rosalvino de Oliveira, s/n, Bairro Boa Esperança, Patrocínio/MG. A execução da obra é justificada através da necessidade de criação de infraestrutura para estimular o lazer e a prática esportiva ao ar livre, bem como oferecer à população da região condições adequadas de utilização desse espaço público municipal. Espera-se que as intervenções contribuam para melhorar as condições do local e, consequentemente, favoreçam a segurança e a qualidade de vida da população. Os projetos e a planilha orçamentária de responsabilidade dos profissionais Edson José de Souza Neto, Engenheiro Civil, registro nº 108.997/D no CREA/MG e Tiago Samuel Teixeira, Engenheiro Civil, registro nº 149.357/D no CREA/MG, encontram-se elaborados de acordo com as normas vigentes. Os preços adotados na planilha orçamentária estão compatíveis com aqueles constantes da Tabela Referencial de Preços Unitários da SEINFRA para a Região Triângulo e Alto Paranaíba – com desoneração vigente a partir de janeiro de 2020, SINAPI/MG junho de 2020 – desonerado e cotações de mercado. O cronograma físico-financeiro foi elaborado observando os prazos compatíveis com as atividades a serem executadas. Diante do exposto, esta Superintendência de Obras Públicas não se opõe à celebração do convênio, de acordo com as informações desta nota técnica. Por fim, vale destacar que: a) A análise técnica dos documentos não caracteriza corresponsabilidade, já que as responsabilidades técnicas pelos projetos, orçamento e fiscalização são de seus autores, conforme Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs nº 14202000000005954589, nº 14202000000006099468 e nº 14202000000006049920, emitidas e instruídas no processo. b) Este parecer técnico não exige a empresa contratada pelo Conveniente da responsabilidade de nova revisão do projeto a fim de garantir a estabilidade e a segurança da obra.

-----	Carimbo de identificação	___/___/___
Responsável pela Análise Técnica		Data
-----	Carimbo de identificação	___/___/___
Responsável pela Aprovação da Análise Técnica		Data

XI – ANÁLISE JURÍDICA

1– Status do Parecer: Favorável

2– Responsável: LEANDRO JOSE BARROS LELIS

3– Data 13/08/2020

4– Parecer Jurídico

Adoção do parecer jurídico referencial da AGE Nº 16.200, de 25 de março de 2020, expedido pela Consultoria Jurídica da Advocacia Geral do Estado, o qual permite a dispensa de análise jurídica individualizada de convênio de saída, desde que observadas as orientações nele presentes, cabendo à área técnica, após verificação do cumprimento de todas as formalidades nele prescritas, atestar, de modo expresso, que a situação concreta se amolda aos seus termos, tendo a área técnica sido alertada no âmbito do processo cadastrado no SEI Nº 1300.01.0002039/2020-71 que a adoção do Parecer Referencial não impede consulta à esta Assessoria Jurídica quanto a questões que suscitem dúvidas ou quanto a eventuais processos que porventura venham a se diferenciar do paradigma estabelecido.

-----	Carimbo de identificação	___/___/___
Responsável pela Análise Jurídica		Data
-----	Carimbo de identificação	___/___/___

Responsável pela Aprovação da Análise Jurídica

Data

XII – CONFERÊNCIA E APROVAÇÃO

O Plano de Trabalho está de acordo com o art.116 da Lei Federal nº 8.666/1993, com o Decreto nº 46.319/2013 e com a Resolução Conjunta SEGOV-AGE nº 004/2015, podendo ser aprovado. Destacam-se as análises técnica(s) e jurídica pelos setores competentes.

Responsável pela conferência do Plano de Trabalho

Carimbo de identificação ___/___/___
Data

Aprovo o presente Plano de Trabalho e autorizo a celebração do convênio de saída.

Responsável Legal do Concedente

Carimbo de identificação ___/___/___
Data



Documento assinado eletronicamente por **José Adriano Machado, Servidor(a) Público(a)**, em 13/08/2020, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adair Carlos de Souza Soares, Servidor(a) Público(a)**, em 13/08/2020, às 18:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Deiró Moreira Marra, Prefeito Municipal**, em 13/08/2020, às 18:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Livia Colen Diniz, Diretora**, em 13/08/2020, às 18:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Débora Dias Do Carmo, Superintendente**, em 13/08/2020, às 18:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Buldrini Barbosa, Diretora**, em 13/08/2020, às 18:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Denise Pontes Marques, Servidora Pública**, em 13/08/2020, às 18:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael de Freitas Moraes, Superintendente**, em 13/08/2020, às 18:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Fernandes Figueiredo Couto, Procurador(a) Chefe**, em 13/08/2020, às 19:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Scharlack Marcato, Secretário(a) de Estado**, em 13/08/2020, às 21:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **18214272** e o código CRC **7F6735A3**.